

Implantação do Complexo Portuário do Açú e atividades de pesca artesanal marinha do Norte Fluminense: um conflito socioambiental

The Açú Port Complex implementation and the marine artisanal fishery activities in the northern region of Rio de Janeiro State, Brazil: a socioenvironmental conflict

Thaís Nacif de Souza*

Ricardo Pacheco Terra**

Vicente de Paulo Santos de Oliveira***

Resumo

O mundo globalizado destaca-se pela agilidade nas conexões que transportam bens ou serviços e os portos são elementos essenciais integrantes dessa rede (CUNHA *et al.*, 2007). A atividade portuária impacta diretamente o meio ambiente em que se insere. (PORTO & TEIXEIRA, 2002). Como os portos se instalam em áreas costeiras, os impactos gerados por essas atividades acabam afetando diretamente os que se ocupam da pesca nessas regiões. A implantação do Complexo Portuário do Açú promoverá profunda mudança no ambiente e na vida das comunidades circunvizinhas, interferindo principalmente nos pescadores artesanais da região (DI BENEDITTO, 2001). Estudos, envolvendo, assim, a identificação dos possíveis conflitos entre as atividades, são essenciais para a elaboração de medidas preventivas e mitigadoras adequadas.

Palavras-chave: Complexo Portuário do Açú. Conflitos socioambientais. Pesca artesanal marinha.

Abstract

Globalized world is marked by agility of connections related to goods and services' circulation, composing a net in which ports are essential elements (CUNHA *et al.*, 2007). Port activity directly impacts nearby environment (PORTO & TEIXEIRA, 2002). Once ports are installed in coastal areas, they also affect fishery activities in their influence area. The implementation of the Açú Port Complex will promote an expressive socioenvironmental change in its vicinity, mainly interfering with the life of regional artisanal fishermen (DI BENEDITTO, 2001). Studies focusing identification of potential socioenvironmental conflicts between marine fishery and port activities are thus essential to propose appropriate measures for prevention and mitigation of impacts.

* Mestre em Engenharia Ambiental; e Pós-graduanda em Educação Ambiental pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, IF Fluminense, Brasil. Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, UENF, Brasil.

** Mestre em Produção Animal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, UENF, Brasil. Graduado em Zootecnia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Brasil. Pesquisador do IF Fluminense.

*** Doutor em Engenharia Agrícola; e Graduação em Engenharia de Agrimensura pela Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brasil. Mestre em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, UENF, Brasil. Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação do IF Fluminense.

Key words: Açú Port Complex. Socioenvironmental conflicts. Marine artisanal fishery.

Introdução

A logística portuária do Açú

A costa norte do Estado do Rio de Janeiro tem como limites geográficos as localidades de Barra de Itabapoana (21°18'S), fazendo divisa com Espírito Santo, e o município de Macaé (22°25'S). Na região marinha, tem área na isóbata de 100 m correspondente ao talude da plataforma continental, entre 40 e 60 milhas da costa (PETROBRAS, 1993 *apud* DI BENEDITTO, 2001).

O município de São João da Barra, segundo dados da Prefeitura, possui área de 431,9 km² e sua população, de acordo com a Contagem da População 2007, realizada pelo IBGE, é de 28.889 habitantes. Localizado à margem direita da foz de Itaica do rio Paraíba do Sul, tem como principais atividades econômicas: o turismo, a agropecuária, a oleicultura, a fruticultura nativa, o artesanato e a pesca. Grande parte da arrecadação municipal provém do repasse de *royalties* do petróleo (exploração do poço de Roncador). A Praia do Açú, local escolhido para a construção do complexo, situa-se na costa entre as Lagoas de Iquipari e do Açú, limitando-se ao sul com o município de Campos dos Goytacazes, apresentando extensão de, aproximadamente, 10 km.

O Complexo Portuário do Açú é um empreendimento que está sendo construído pelo grupo EBX, um *holding* que engloba diversas empresas de diferentes setores, como os de logística, minério, petróleo e gás, entretenimento, entre outros. O complexo tem por objetivo a construção de um terminal portuário privativo de uso misto que, segundo dados fornecidos pela LLX, será composto por 6 berços de atracação de navios, píers *off-shore*, com acesso por meio de um canal com 18,5 metros de profundidade, e receberá navios de grande porte, com capacidade para transportar até 220 mil toneladas. Contará ainda com 4 berços para atracação de embarcações de apoio às atividades de exploração de petróleo na região. Já sua retroárea, de 7.800 hectares, está projetada para abrigar um complexo siderúrgico, usinas termoeletricas, plantas de pelotização de minério, polo metal-mecânico, além de áreas para tancagem de grãos líquidos e para processamento de petróleo. Essa retroárea já está em fase de licenciamento, assim como a Usina Termoeletrica (UTE) Porto do Açú, que já possui a Licença Prévia do órgão ambiental responsável pelo licenciamento ambiental, o Inea (Instituto Estadual do Ambiente).

A grande questão logística da implantação desse empreendimento na região do Açú está relacionada com a questão do escoamento da produção de minério na região de Minas Gerais. O Terminal Portuário será, assim, utilizado para a exportação de minério de ferro, razão pela qual, juntamente com a construção do porto, um mineroduto vem sendo construído para transportar o minério retirado das jazidas de Minas Gerais para exportação, completando assim essa logística (Figura 1).

As atividades portuárias são consideradas essenciais para as relações de comércio exterior. Compõem uma indústria mundial, na qual prevalece o transporte de cargas, que

envolve expressivo número de navios e terminais. As atividades portuárias, propriamente ditas, merecem uma atenção maior quando comparadas a outras atividades menos impactantes no que tange à agressão ao meio ambiente (PORTO & TEIXEIRA, 2002).



Figura 1: A logística do Porto do Açú: localização estratégica com ligação por mineroduto com local de produção de minério em Minas Gerais

Fonte: LLX, 2008

Os impactos envolvidos

A atividade portuária tem como característica marcante o impacto direto sobre o meio ambiente em que se insere. Sua implantação implica inevitáveis modificações do ambiente, como alterações da morfologia de costa, supressão de vida animal e vegetal, aparecimento de outras vidas animais estranhas no ambiente, poluição, dentre outras (PORTO & TEIXEIRA, 2002). Além disso, geralmente as áreas destinadas à exploração portuária se localizam próximo a estuários e zonas litorâneas. Essas áreas, muitas vezes, abrigam comunidades que dependem da prática da pesca artesanal para sua sobrevivência. Ou seja, os impactos gerados pelas atividades portuárias modificam toda a dinâmica marinha na área do empreendimento e, assim, acabam afetando, diretamente, a atividade de pesca nessas regiões.

O processo de construção do empreendimento, principalmente da estrutura *off-shore*, se caracteriza por intervenções diretas e intensas no ambiente. A atividade da dragagem, já em andamento, realiza-se no local de reprodução e onde é encontrada boa parte das espécies capturadas pelos pescadores da região. O ponto de bota-fora marítimo (área de despejo do material dragado) também se configura como pesqueiro importante, segundo dados obtidos por pescadores da região, sendo principalmente local de captura do peruá, peixe de alto valor comercial e muito valorizado na região.

A implementação do porto tende a gerar ainda grandes expectativas de desenvolvimento socioeconômico da população. Porém, empreendimentos como esse trazem consigo altíssimos impactos ambientais, como a poluição marinha, formação de material particulado levado por correntes oceânicas (geração de pluma de sedimentos), aumento da turbidez da água do mar, produção de resíduos sólidos, afugentamento da fauna, diminuição da produtividade primária marinha, dificuldade de crescimento e alimentação de crustáceos e bivalvos, derramamento de óleo e águas de lastro, introdução de espécies exóticas, contaminação da biota marinha, que são alguns dos problemas relacionados com a instalação de empreendimentos desse porte (PORTO & TEIXEIRA, 2002).

Os mais afetados: os pescadores artesanais

A pesca artesanal é praticada em vários ecossistemas no país e sua organização é influenciada por esses locais. Correntes marinhas, ondas, ventos, vegetação costeira, fauna, flora e ciclos ecológicos, todos esses fatores são levados em consideração para a realização da atividade diária da pesca artesanal (DIEGUES, 2008). A atividade pesqueira no município de São João da Barra é muito difundida. Como se localiza às margens do sistema estuarino do rio Paraíba do Sul e do Oceano Atlântico, suas águas são ricas em nutrientes trazidos ao longo do trajeto do rio. Segundo estudo relatado por DI BENEDETTO, em 2001, a região se configura pela riqueza de recursos pesqueiros e

a utilização de artefatos diversos de pesca. Já como principais recursos pesqueiros, DI BENEDITTO destaca as seguintes espécies: *Balistes sp.* (peruá), *Micropogonias furnieri* (corvina-branca), *Carcharhinus acronotus*, *C. plumbeus* e *Rhizoprionodon porosus* (cações) e *Xyphopeneus kroyeri* (camarão-sete-barbas).

Podemos considerar que uma das atividades mais importantes da pesca realizada na região é a captura do camarão-sete-barbas, importantíssima para a economia local e que se mostra bastante significativa na região do Açú. Tal espécie pode variar de 3 a 16 cm e ocorre nas regiões mais rasas da plataforma continental, ou seja, até no máximo 30 m de profundidade. Apresenta, como característica, um estágio larval muito sensível e a pós-larva com forte tendência a nadar próximo ao fundo mole, ficando bem vulnerável (IBAMA, 2008). Esse fato evidencia um potencial conflito entre as atividades de implantação do porto no Açú e as atividades da pesca de camarão nessa área, visto que o procedimento de aprofundamento dos canais se dá mediante dragagem realizada exatamente nos depósitos de sedimentos moles na região, isto é, o local de reprodução do camarão-sete-barbas, configurando um impacto direto nas populações de camarão na área.

Tendo em vista os possíveis impactos anteriormente citados, se observa um conflito em potencial relacionado ao uso dos recursos naturais ali disponíveis pelas atividades pesqueiras artesanais e pelas atividades do porto. Segundo o próprio Estudo de Impacto Ambiental (EIA), desenvolvido pela Consultoria Ambiental Ltda. a pedido da empresa responsável pela construção do Complexo Portuário, a pesca artesanal já vem sofrendo pressão decorrente das atividades de exploração marinha de petróleo, sendo a implantação do empreendimento mais um fator no contexto do uso dos recursos marinhos da região. Muitos pescadores terão sua rotina de trabalho completamente alterada e prejudicada, afetando assim, a atividade fonte de sustento de toda uma comunidade.

Os conflitos ambientais entre as atividades portuárias e as atividades da pesca se configuram como um conflito socioambiental. Cunha, em 2006, citando Little, 2001, descreve os conflitos ambientais como:

disputas entre diferentes grupos humanos, decorrentes das relações desses grupos com o ambiente em função dos distintos usos que do mesmo fazem.

A busca pela sustentabilidade, tanto ambiental quanto social, das atividades causadoras de potenciais impactos no ambiente é vista como fator importante, visto que a necessidade de preservação do ambiente ecológico e dos conhecimentos tradicionais está cada vez mais difundida. Porém, para alcançar esse objetivo, o engajamento da comunidade local, ao lado de agentes governamentais e organizações do terceiro setor,

nas formulações das políticas públicas e tomadas de decisões sobre o destino de cada comunidade, é fundamental. Sem estas, é praticamente impossível alcançar o tão sonhado desenvolvimento sustentável (CUNHA, VIEIRA & REGO, 2007).

Resultados

O levantamento dos dados indica que os principais conflitos envolvendo a implementação do empreendimento e a atividade da pesca na região seria um deficiente diagnóstico da atividade pesqueira da região, a fim de estabelecer as medidas necessárias que se enquadram nas características dos pescadores da área.

Neste trabalho, foram aplicados junto aos pescadores da região 50 formulários semiestruturados, e realizadas 10 entrevistas com pessoas qualificadas. Foi realizado, ainda, um debate envolvendo representantes da Colônia de Pescadores Z2 de Atafona, da Secretaria de Pesca da Prefeitura Municipal de São João da Barra, da ONG EcoAnzol e da construtora do empreendimento (LLX), durante o II Encontro do Núcleo de Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura Sudeste I, realizado na UPEA – Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental do IF Fluminense, realizado entre os dias 04 e 07 de maio de 2009.

De acordo com os dados já levantados por meio dos formulários aplicados, 80% dos pescadores acreditam que o empreendimento será bom para o desenvolvimento econômico da região, além de gerar empregos, mas se mostram preocupados em relação à pesca, pois acreditam que ele trará prejuízo enorme para esse setor, já que alguns declaram acreditar que ele causará o fim da atividade da pesca artesanal na região. Essa mesma opinião tem o Presidente da Colônia de Atafona Z2, o qual declara acreditar que a implantação do complexo trará grandes prejuízos para a pesca, visto que interfere diretamente nos locais descritos como pesqueiros mais produtivos, declaração essa corroborada pela maioria dos pescadores durante a aplicação dos formulários. Esse fato ocorre visto que a área do Açú é apontada como um dos locais pesqueiros mais importantes da região, de onde muitos declaram tirar seu sustento, e o local escolhido para o bota-fora marítimo do material dragado, durante o aprofundamento dos canais do porto, descrito como muito pedregoso, onde se encontram o peruá e a sarda, entre outras espécies de importante valor comercial e muito pescadas na região, configurando assim um conflito direto entre as atividades.

Ainda, por meio dos formulários, foram levantados os maiores problemas e conflitos que os pescadores vêm enfrentando no local, demonstrado no diagrama abaixo. No entanto, apesar de todas as dificuldades relatadas, esses profissionais ainda veem o empreendimento como algo extremamente importante para a região.

Muitos declaram nos formulários desconhecer qualquer ação da empresa voltada ao pescador e ressaltam a necessidade de maior assistência e acompanhamento.

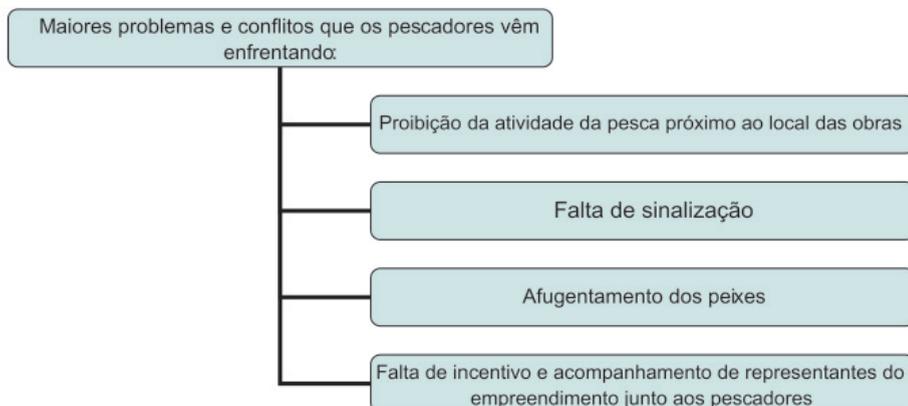


Figura 2: Problemas e conflitos enfrentados pelos pescadores

Conclusões

O diagnóstico realizado pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Porto do Açú, em 2006, traz um levantamento de apenas 15 formulários preenchidos, resultando assim em um diagnóstico de pouca representatividade. Ações de acompanhamento são propostas para acontecer durante a implantação e atividade do empreendimento, assim como um Programa de Apoio à População Atingida (PAPA), sendo esse focado na busca de alternativas de sustento para o pescador artesanal, e um subprograma de apoio à pesca baseado na mobilização, no diagnóstico participativo, em ações, programas e projetos. Essas propostas são importantes, porém necessitam ser implantadas de maneira participativa, de modo a se encaixarem no perfil da comunidade em questão.

A maior necessidade observada entre as comunidades de pescadores que sofrerão impacto direto das operações do Complexo Portuário é a de organizar a classe com maior coesão, de maneira que todos participem ativamente nas medidas a serem estabelecidas. Essa organização permite que o pescador determine coletivamente suas maiores necessidades e quais seriam as medidas mais adequadas à sua realidade. Esse fato facilitaria a negociação com o empreendedor e fortaleceria o papel do pescador na instauração de um planejamento participativo das medidas necessárias.

Trabalhos Futuros

Diante dos fatos estudados, é essencial conhecer profundamente a dinâmica pesqueira da região e diagnosticar os principais conflitos entre os atores envolvidos, para assim desenvolver, com a participação ativa dos pescadores, propostas que evitem ou minimizem os impactos que atingirão a atividade pesqueira e garantir uma maior

sustentabilidade e responsabilidade socioambiental desse empreendimento. Essa atitude poderá auxiliar na proposta de criação da Agenda Ambiental Portuária do Complexo Portuário do Açú, como deliberado pela Comissão Interministerial dos Recursos do Mar - CIRM na Resolução CIRM n°. 006/98, sendo essa alcançada de maneira participativa e adequada à realidade da região, para, assim, ser mais um instrumento na busca pela sustentabilidade do empreendimento.

Referências

CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA. Estudos de impacto ambiental do Porto do Açú. Rio de Janeiro: Empresa MMX/ MPC. Mineração, Pesquisa e Comércio Ltda, 2006.

CUNHA, I. A. Negociação ambiental em áreas portuárias e sustentabilidade. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 2, p. 59-70, abr./jun. 2006.

CUNHA, I. A.; VIEIRA, J. P.; REGO, E. H. Sustentabilidade da atividade portuária rumo à agenda ambiental para o porto do canal de São Sebastião. eGesta, v. 3, n. 1, p. 7-32, jan./mar. 2007.

SÃO JOÃO DA BARRA. Dados do município de São João da Barra. Disponível em: <www.sjb.rj.gov.br>. Acesso em: 24 set. 2008.

DI BENEDITTO, A. P. M. A pesca artesanal na Costa Norte do Rio de Janeiro. Bioikos, PUC – Campinas, v.15, n. 2, p. 103-107, 2001.

DIEGUES, A. C. Marine protected areas and artisanal fisheries in Brazil. International Collective in Support of Fishworkers, Índia, maio 2008. (SAMUDRA Monograph).

IBAMA. Análise, considerações e sugestões à respeito do defeso para o camarão de sete barbas, *Xiphopenaeus kroyeri*, (Heller, 1862) - Relatório Técnico, n. 055/2008/ESREG/CG. Disponível em: <http://andreambiental.blogspot.com/2008/09/relatorio-de-pesca-de-camarao-sete-barbas.html>. Acesso em: 9 jun. 2009.

IBGE. Dados de São João da Barra, RJ, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades>. Acesso em: 1 jul. 2009.

LLX. Dados sobre Complexo Portuário do Açú. Disponível em: <http://www.llx.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=162>. Acesso em: 24 jun. 08.

PORTO, M. M.; TEIXEIRA, S. G. Portos e meio ambiente. São Paulo: Aduaneiras, 2002.